



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – PPLS

PROGRAMA INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS EM  
DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS AMAZÔNICAS – FIPAM XXVII

RAFAELA DA CUNHA PINTO

**O DISCURSO DE QUALIDADE DE VIDA COMO ESTRATÉGIA  
SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES  
AGROEXTRATIVISTAS EM INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS DO  
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL**

Artigo apresentado ao Programa de Pós Graduação Lato sensu, Curso de Especialização em Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de especialista, sob orientação da Prof.<sup>a</sup>Dra Angela May Steward.

Belém-PA

2017

# **O DISCURSO DE QUALIDADE DE VIDA COMO ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES AGROEXTRATIVISTAS EM INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL .**

Rafaela da Cunha Pinto<sup>1</sup>

Angela May Steward<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O artigo aborda a temática de qualidade de vida em unidades de conservação, identificando estratégias socioambientais na gestão de territórios em conservação. Como recorte espacial foi selecionada a Reserva Extrativista Marinha de Caeté Taperaçu, no município de Bragança-Pa. Foram escolhidas duas categorias de análise o Estado e a Sociedade Civil, caracterizando as práticas e analisando a execução. Foi realizado comparação entre a escala macro de governo e a escala micro de comunidades locais. O objetivo do trabalho é identificar as estratégias de gestão ambiental relacionadas à qualidade de vida para mulheres no território da Resex Mar Caeté Taperaçu, Bragança-PA. Como estudo de caso foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois grupos de mulheres na Resex Caeté Taperaçu. As entrevistas seguiram temáticas que pudessem dá subsídios a comparação entre estratégias de governo e de base populares; nesse sentido, os dois grupos, (1) participantes do programa Bolsa Verde e (2) participantes de um grupo autônomo de práticas agroecológica, diferenciavam-se entre trajetórias participativas, como resultado identifica-se a eficácia das estratégias enquanto meios de autonomia

**Palavras-chave: qualidade de vida, populações tradicionais, autonomia, Resex, Amazônia.**

---

1 Rafaela da Cunha Pinto: Mestrando do Núcleo de Ciências Agrárias-UFPA

2 Angela May Steward: Professora Dr. Núcleo de Ciências Agrárias, orientadora.

## **ABSTRACT**

The article deals with the theme of quality of life in conservation units, identifying social and environmental strategies in the management of conservation territories. The Caeté Taperaçu Marine Extractive Reserve was selected, in the municipality of Bragança-Pa as the study site. Two categories of analysis were chosen: The State and Civil Society, characterizing the practices and analyzing the execution of the initiatives. A comparison was made between the macro-scale of government and the micro-scale of local communities. The objective of this study is to identify environmental management strategies related to quality of life for women in the territory of Resex Mar Caeté Taperaçu, Brangança-PA. As a case study, semi-structured interviews were conducted with two groups of women in Resex Caeté Taperaçu. The interviews followed themes that could provide support for the comparison of strategies of government and grassroots and movements. In this sense, the two groups, (1) participants in the Bolsa Verde program and (2) participants in an autonomous group of agroecological practices, differed in participatory trajectories, and as a result, in the effectiveness of strategies as a means of autonomy

**Key words: quality of life, traditional peoples, autonomy, Resex, Amazonia.**

## **INTRODUÇÃO**

As Reservas Extrativistas são territórios que visam à conservação de bens naturais e a promoção de qualidade de vida de populações agroextrativistas. Surgiram no Brasil em meio a conflitos por terras, problema histórico consequente da colonização portuguesa, bem como de pressões sociais mais atuais. São unidades de conservação genuinamente brasileiras, que baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável, unem conservação de bens naturais e o uso sustentável destes recursos por populações agroextrativistas.

As populações agroextrativistas são caracterizadas pelas atividades de agricultura e extrativismo, também reconhecidas como populações tradicionais. Durante a 59<sup>a</sup> Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Almeida (2007) identificou a categoria-*Populações tradicionais* como a de sujeitos políticos que lutam por territórios, perspectiva, segundo Almeida, também adotada por Alfredo Wagner, assim como a identificação de populações que entram em um processo de desenvolvimento de baixo impacto ambiental em busca de melhorar a qualidade de vida, características similares à legislação:

"grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (BRASIL, Decreto 6.040, 2007)".

Atualmente quem vive em território de conservação é visto como parte de uma identidade abrangente chamada de *população tradicional*. Esta relação é resultado de uma bandeira local e também internacional, desde o relatório de Brundtland em 1987, a pobreza é vista como uma das principais causas de desmatamento e degradação ambiental. (BRUSEKE,1995).

No Brasil o movimento dos seringueiros que lutavam por direito a terra, autonomia da produção do *látex* (borracha), transformasse de trabalhadores da seringa em atores do desenvolvimento territorial e sustentável da floresta Amazônica, portadores de saberes tradicionais que possibilitaram a manutenção da Floresta em "Pé" (ALEGRETTI, 2002).

O látex da seringa era utilizado por indústrias internacionais para fabricação de borracha, produto de intensa circulação e comercialização em 1879. Assim pobres de diversas regiões como Nordeste, traçaram caminhos para floresta, transformando e reformulando a paisagem, bem como suas próprias identidades, que passaram a assimilar capacidades de sobreviver em outro bioma (TAVARES, 2011).

Apesar de a Amazônia ser rotulada por vazio demográfico pelo governo em 1960, vários grupos sociais continuavam a residir e eles se somaram, em meio a

conflitos, a formação de vários povos das florestas—incluindo indígenas, ribeirinhos, quilombolas entre outros. Após o declínio da borracha, de acordo com Tavares (2001), novos projetos foram pensados pelo governo para desenvolver a região.

Baseados na concepção de crescimento econômico a estratégia governamental foi de impulsionar agroindústria através da vinda de grandes projetos, planejados por planos. Plano quinquenal-1961-1971, Plano de desenvolvimento nacional (PND) concomitante ao Plano de integração (PIN) 1972-1974, cujo lema era integrar para não entregar.

A partir desse cenário de maior transformação, os povos da floresta viram ameaçadas suas terras, os bens naturais, sobrevivência e identidade local. No sul do Acre, devido à expansão das áreas de pastagem e atividade madeireira, impulsionado por incentivos financeiros do Estado (Fearnside, 2005; Almeida, 2004), os seringueiros estavam sendo expulsos dos seus territórios colocando em risco a sua sobrevivência e cultura.

É sobre essa parcela da Amazônia que Almeida (2004) define processos históricos não planejados, nos quais categorias invisíveis de índios e camponeses ganharam destaque nas agendas políticas de movimentos e governo, assim como da academia.

Inicialmente o objetivo era autonomia da produção da borracha, porém as transformações de cenário político trouxeram outras possibilidades como nova forma de gestão do território. Discutido no Congresso Nacional a partir da pauta sobre Reforma Agrária identificando a não divisão em lotes, mas o acesso coletivo às colocações. Com as estratégias dos empates, onde faziam barreiras para não derrubada de árvores, relacionaram-se com o movimento ambientalista internacional tomando outra perspectiva (ALEGRETTI, 2002).

De acordo com dados do SNUC de 2012, a Amazônia Legal apresentava 308 unidades de conservação, federais e estaduais, 24,7% do território, configuradas em: 110 unidades de proteção integral e 198 de uso sustentável. Desde 1990, quando a primeira Resex foi decretada, até os dias atuais, vários projetos foram promovidos para atender as populações desses territórios e a conservação.

Apesar de propostas do Estado visando qualidade de vida e preservação, em grande maioria os projetos para Amazônia não contam com mecanismos e estratégias específicas para mudanças duradouras e qualitativas para populações agroextrativistas.

A Amazônia representa uma diversidade de interesses, dessa forma dependendo do cenário político e organização social da Sociedade Civil, são formuladas políticas públicas que atendam as demandas. No entanto ao analisar de forma Macro as políticas para Amazônia, percebe-se que a racionalidade socioambientalista ainda não inclui a participação autônoma de grupos agroextrativistas no planejamento de seus territórios.

Identificando esse cenário de ação do Estado o trabalho pretende analisar o Programa Bolsa Verde. Tomado como exemplo da perspectiva do Estado para o desenvolvimento da população agroextrativista, como recorte territorial foi observado duas comunidades da Reserva Extrativista Caeté Taperaçu, no Município de Bragança. Analisando a inclusão de mulheres com identidades rurais, agroextrativistas e tradicionais em um Programa de distribuição de Renda, com o objetivo de identificar se a estratégia de distribuição de renda é um instrumento de mudança social e condição para qualidade de vida.

A qualidade de vida é apresentada nesse trabalho relacionada à autonomia política e produtiva de grupos de mulheres agroextrativistas. Dessa forma será feito uma breve discussão sobre a qualidade de vida planejada pelo Estado, a qual está assentada em valores urbanos, destacando a necessidade de se pensar formas de promover a diminuição da pobreza que levem em consideração o território, a história da população e a identidade do lugar para o desenvolvimento sustentável.

A perspectiva da Sociedade Civil está representada em um grupo de mulheres que identificam a partir de uma racionalidade rural, de gênero e sustentável, possibilidades para autonomia participativa, tanta política como produtiva. A partir desse grupo são identificadas práticas de organização social, agroecológicas e de representação na comunidade, com a finalidade de analisar se essas práticas são principais motivadores de qualidade de vida.

O trabalho pretende identificar o percurso participativo de dois grupos de mulheres do Nordeste Paraense os quais estão inseridos em outra concepção de gestão de território, que são as Resex, onde a participação de populações tradicionais é um requisito para deliberação de normas de uso, por isso estão inclusos instrumentos como os Conselhos Gestores e planos de manejo.

Esse modelo é obrigatório para todas Reservas Extrativistas, porém percebe-se que obrigatoriamente o Estado proporciona espaços para se discutir o uso de recursos ambientais, no entanto quanto a condição de vida da pessoa fica a cargo de cada gestão, mesmo que seja implícito projetos para diminuição da pobreza como premissa para conservação.

É a partir desse cenário de inclusão social requisitado por movimentos sociais que o Estado formula a distribuição de renda como principal instrumento de autonomia para populações pobres que não tem acesso a produção econômica e social.

Segundo Irving (2012) a perspectiva de inclusão social baseada na renda é vazia. A autora identifica inclusão social como um conceito multidimensional que deve relacionar dimensões: política, econômica, trabalho, cultural, ambiental, social, simbólica/imaterial, como exposto a seguir:

“à formação de uma consciência crítica e cidadã em sociedade, que contemple aspectos multidimensionais tangíveis e intangíveis, envolvendo desde a questão ética nas relações sociais, à solidariedade no âmbito do cotidiano, à responsabilidade nas ações acordadas e ao compromisso com os direitos e interesses coletivos (nestes incluídos a conservação da natureza), de forma que o cidadão passe a assumir um papel central e decisivo, ao lado do poder público, no processo de desenvolvimento do país (IRVING,2012;48)”

É nesse sentido que o trabalho pretende *analisar a qualidade de vida de mulheres agroextrativistas a partir da perspectiva de autonomia*, a qual está relacionada à estratégia de inclusão social e ambiental. Identificando a gestão ambiental como campo de conflitos e arranjos entre Estado e Sociedade Civil.

A pretensão do trabalho está baseada no questionamento sobre a distribuição de renda como principal política e estratégia do Estado em promover qualidade de

vida. Dessa forma indaga-se: *O programa Bolsa Verde, como política socioambiental é um instrumento de inclusão social?*

Essa questão é formulada como base para estudos sobre desenvolvimento sustentável territorial-local, levando em consideração uma longa literatura que discute o desenvolvimento para além do crescimento econômico, portanto que se baseie em proporcionar condições e oportunidades para indivíduos e grupos se desenvolverem e participarem da sociedade (SEN, 2010).

Dessa forma pretendo *identificar as estratégias de gestão ambiental relacionadas à qualidade de vida para mulheres no território da Resex Mar Caeté Taperaçu, Brangança-PA* na tentativa de responder e analisar: *(1) Como a inserção de mulheres em grupos e associações influencia a identidade de mulheres agroextrativistas (2) Se a participação de mulheres no programa bolsa verde proporciona autonomia produtiva e política (3) Quais são as perspectivas sobre a qualidade de vida para mulheres da Resex Caeté Taperaçu.*

Destacando que este trabalho tem a finalidade de analisar a visão e racionalidade de qualidade de vida de outros atores para mulheres agroextrativistas, assim como a inserção dessas políticas no cotidiano delas, bem como qual outras possibilidades as mulheres agroextrativistas apresentam. Essa discussão está inclusa em uma mudança do Estado quanto a inclusão da perspectiva da sustentabilidade que de uma forma paradoxal é obrigatoriamente presente em discursos e planejamentos. Como é efetivado a prática sustentável é de fato algo a ser analisado.

Como o Governo planeja a diminuição das desigualdades é um importante esclarecimento para se evidenciar as fragilidades e avanços de políticas sociambientais, assim como entender o que acontece no micro- comunidades e grupos, e como esses incluem no seu cotidiano essas estratégias.

**PROBLEMÁTICA: Por que a Qualidade de vida é uma estratégia perigosa?**

A qualidade de vida é apresentada nesse trabalho, pois os estudos sociológicos desde a década de 1960 apontam esse conceito como “contraponto da noção de progresso que considera, apenas, o materialismo, a abundância dos bens e a mudança nos padrões de vida, sem considerar o nível de satisfação e os desejos dos indivíduos (GOMES, 2005: 43)”.

De acordo com Sen (2010), a ideia de desenvolvimento deve ir além do crescimento econômico, ancorado na ideia de liberdade de Aristóteles, o autor destaca a oportunidade como meio e fim da liberdade para analisar o desenvolvimento, não obstante não abandona a perspectiva objetiva de renda, porém afirma que é necessário um contexto complementar para que a renda possibilite o desenvolvimento da liberdade.

Gomes (2005) identifica qual atribuição está por trás da resposta genérica de bom ou ruim, o que realmente é “bom ou valioso na vida das pessoas”. A partir de estudos locais, o autor questiona a instrumentalização de indicadores como: renda- eles são bons ou valiosos em si? Ou são instrumentos para conquista de cidadania, participação social, autonomia e liberdade?

Este artigo parte da hipótese de que o processo político coletivo é um eficaz mecanismo de aprendizado (CISNE, 2015), o qual colabora para apreensão de práticas sustentáveis que garantem autonomia e qualidade de vida para grupos agroextrativistas, identificando a autonomia como estratégia de gestão humana para gestão territorial-ambiental.

Segundo Pereira, et al. (2012) a maioria das avaliações sobre qualidade de vida relacionam: Escolaridade, ausência dos sintomas das doenças e condições de moradia, no entanto o autor admite que esses indicadores podem ser relevantes para obtenção de grande quantidade de informações, mas deixam de lado a perspectiva dos envolvidos.

O termo qualidade de vida ficou conhecido através de sua utilização por políticos norte-americanos que o sinalizavam como “O interesse das pessoas por uma “vida boa” ou “vida de qualidade”, (...) além de compromisso da sociedade em assegurar às pessoas, estruturas sociais mínimas que lhes permitissem perseguir sua felicidade.” (PEREIRA, et al, 2012:242)”.

Essas estruturas identificadas pelos governantes representam a vida em Cidade e o estilo urbano, onde infraestruturas como moradias, escolas e postos de saúde são equipamentos coletivos que possibilitam ordenação e distribuição da vida em sociedade, pois a transformação social na cidade se deve ao êxodo rural, que obriga medidas de planejamento para assegurar a reprodução da vida (MORAES, et al,2008)

Segundo Abramovay e Camarano (1998) a desruralização é uma característica que se intensificou na sociedade Brasileira nos anos 1950 aos 1980, a principal causa é a migração, a população da região nordeste é mais ativa nesse fenômeno social, o autor identifica que dos 11 milhões de migrantes rurais na década de 50 a porcentagem de 46,3% era nordestina, nesse período a construção da Estrada Belém-Brasília, colheita de café em SP, secas do Nordeste são os fatores de maior motivação da saída.

Quando se observa a migração para Amazônia percebe-se uma migração do rural para o rural, especificamente durante o auge da extração da borracha e extração de minério de Carajás. Conforme Wanderley\_(2015) a mineração do Ouro foi outro indutor de migrantes após o declínio da produção de borracha, pois a Amazônia entrou no planejamento Governamental a partir de sua representação comercial-produtiva, dessa forma havia a preocupação de ocupa-la

Hartwig (2012) identifica o grande fluxo de saída do campo como consequência da modernização que ocorrerá nesses territórios rurais, com intensa concentração de renda e poder, em detrimento das pequenas propriedades ou da agricultura familiar, ao passo que essas pessoas percorrem a caminhada para Cidade, se desintegram de seus laços com a terra e os meios de vida, sendo essa a grande causa de uma precária condição de vida.

A partir desse cenário de transformações e recriações de espaços e territórios, é necessário pensar sobre qual a forma de viver e condição de vida do ser humano moderno, para isso é necessário identificar o seu lugar e as possibilidades de mutações, a qualidade de vida adentra as relações sociais com o propósito de condicionar mecanismos de viver no espaço urbano, porém ela expande-se para o meio rural que está entre o moderno e tradicional, nesse sentido quais as

expectativas para populações do meio rural que pretendem continuar naquele espaço sem deixar de estão inclusas na sociedade global?

Uma questão complexa e perigosa, pois de fato atribuir qual maneira de viver para o outro esbarra na imposição de vida alheio, assim como finalizar a questão com as respostas dos informantes também pode estar emaranhada de interesses difusos que o pesquisador deve se atentar, portanto pensar em quais os requisitos de qualidade de vida para mulheres agroextrativistas é analisar a voz de quem vive e o contexto macro de ralações.

## **METODOLOGIA**

Para obter dados sobre trajetórias de vida, foi escolhido o método qualitativo de pesquisa, pois a pesquisa qualitativa privilegia “os microprocessos, realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador (MARTINS, 2004; 292)”.

Dessa forma, foi escolhida a unidade social ou categoria: *Mulheres rurais*, e como recorte territorial, a Resex Caeté Taperaçú, no município de Bragança, nordeste Paraense. O campo foi realizado durante o período de 15 a 18 de julho de 2017.

Foram escolhidas mulheres dentre 30 a 50 anos, as quais responderam a questionários semiestruturados ou abertos que se caracterizam por os participantes “ficarem livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem a escolha entre um rol de alternativas (PRADANOV; FREITAS, 2013: 109)”.

<b>PERGUNTAS DO ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIENTERRADAS - PRIMEIRO GRUPO</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE MULHERES:</b>
Nome, idade e quanto tempo residiam na comunidade	Como soube e começou a participar do grupo e quanto tempo ficou (caso já tenha saído)?
	O que mudou após a entrada no grupo?

	Como ficou a relação com a família?	
<b>PERGUNTAS DO ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIENTERRADAS - SEGUNDO GRUPO</b>		
<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>  Nome, idade e quanto tempo residiam na comunidade	<b>PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA:</b>  Quais os objetivos do programa?  Qual a importância do programa?  Existem cursos/capacitações /oficinas sobre conservação do meio ambiente, quem organiza?  Acha importante a mulher receber a renda do programa?  Como você distribui/gasta o dinheiro/renda do programa?  Você participa de grupos de mulheres ou outros como: associações, sindicatos movimento de mulheres?  Você mudou alguma atividade que fazia antes por não está nas normas do programa? Ou começou a praticar com o incentivo da renda?	

Foram realizadas entrevistas com cinco mulheres na comunidade Tamateua, apesar de o grupo inicial ser composto por 19, atualmente apenas 5 ainda continuam; durante o campo o encontro com as demais mulheres não foi possível por conta de outros compromissos agendados por elas. As mulheres desse primeiro grupo estão entre a faixa etária de 40 a 50 anos e nasceram na comunidade Tamateua.

Foram realizadas entrevistas com 10 mulheres, as quais cinco foram indicadas pelo representante da comunidade Treme, as mulheres estão entre a faixa etária de 30 a 50 anos e nasceram na comunidade Treme.

Foi selecionado o Programa Bolsa Verde por representar duas dimensões: Social e Ambiental - Estratégias de Desenvolvimento sustentável, identificando a cidadania verde relacionada à promoção da igualdade e conservação, porém atreladas a um tipo de inclusão: Renda-mercado.

Como campo de análise oposto foi selecionado grupo de inclusão produtivo-político-sustentável de mulheres que após percurso em grupo se auto identificaram de agroecológicas, denominação relacionada a práticas apreendidas no coletivo sobre técnicas científicas que partem do saber tradicional sobre agricultura sustentável, englobando uma série de outros fatores de transição como político, ambiental e socialmente justo, segundo Altieri:

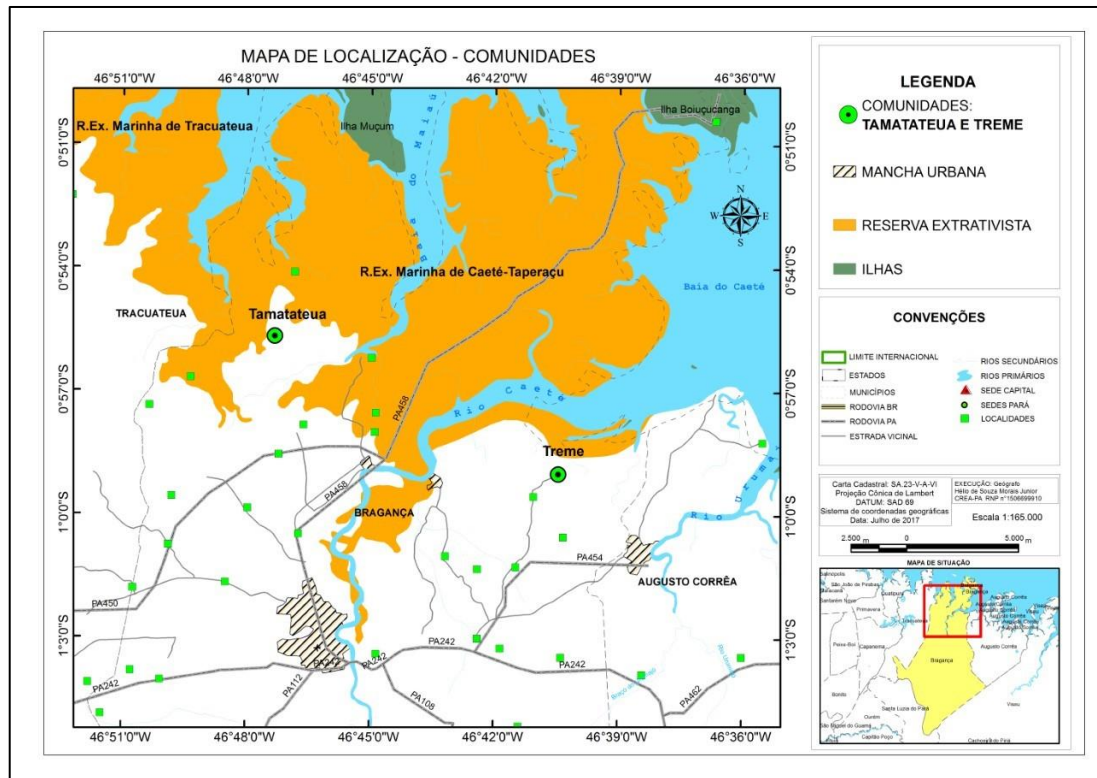
Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. (ALTIERI,2004: 23).

### **Área de Estudo**

As duas comunidades estão localizadas ao entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu. Estão inseridas e representam polos respectivamente Tamatateu e Treme, são comunidades antigas que acompanharam o desenvolvimento do município e foram fundadas por duas principais famílias, atualmente vivem mais de 100 famílias em cada comunidade. (ICMBIO, 2012)

As comunidades têm acesso por estradas, ficando em média a trinta minutos do centro do Município de Bragança, apesar disso o acesso é feito pela maioria dos comunitários por transporte coletivo (ônibus) o qual passa duas vezes durante o dia.

O Município faz parte da Zona Bragantina, no litoral nordeste do estado do Pará, na Mesorregião do Nordeste Paraense e dentro desta, na Microrregião Bragantina. Distante da capital do estado (Belém) 215 km, está inserido “no maior e mais bem preservado ambiente tropical úmido do planeta, a Região Amazônica, ao longo da costa de manguezais do nordeste do estado do Pará (ICMBIO, 2012: 3)”.



**Figura 1: Mapa de Localização das comunidades Treme e Tamatateua.**

**Fonte: MORAIS, Hélio.2017**

## REFERENCIAL TEÓRICO

### *Entre a questão ambiental e social: Qual estratégia do Estado?*

De acordo com Martinelli (1994) a questão ambiental deve ser entendida como uma questão social, pois os fenômenos naturais analisados como problemas são assim vistos pelo homem e por sua produção existencial. Dessa forma a questão ambiental deve ser analisada como questão política, exigindo uma postura consciente que possibilite a educação ambiental como instrumento transformador.

Dessa forma nesse trabalho será discutida a qualidade de vida como principal referencial teórico, em vista da inserção do termo em políticas para o meio rural, mais especificamente para unidades de conservação de uso sustentável como as Resex.

Como proposta de incluir outras dimensões além do crescimento econômico é propagada a ideia de qualidade de vida ou a possibilidade de escolha do indivíduo de viver de acordo com sua preferência (SEN, 2010). Dessa maneira busca-se entender como em um território representado pela tradição de costumes, práticas e atividades econômicas, essa liberdade pode ser construída pelos próprios atores? Para identificar esse cenário é necessário entender o processo histórico de inclusão socioambiental.

Um dos termos utilizados para pensar a relação sociedade-natureza é o socioambientalismo, o qual segundo Santilli (2005) caracteriza-se por dimensões ambiental e social e começou a ser estudado a partir dos anos 1980, culminando com o processo histórico de abertura política do país, fim da ditadura militar (1984), nova constituição de 1988, também a realização da conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992).

O encontro de Estocolmo em 1972 deu continuidade à discussão crescimento econômico e preservação ambiental, sendo “formatado o conceito de ecodesenvolvimento, que apontava para os novos elementos, mas, sobretudo,

incluía a ética e a solidariedade como valores nucleares na nova pauta (CAVALCANTI, 2002)”

O termo ecodesenvolvimento foi um precursor do conceito de desenvolvimento sustentável, os dois vislumbram que as ações e atividades humanas têm diversas consequências que podem ganhar amplitude de forma perigosa e danosa, portanto é necessário agir de forma equilibrada e responsável com meio ambiente e futuro das pessoas (CAVALCANTI, 2002).

Após o encontro em Estocolmo, a Organização das Nações Unidas (ONU) redefiniu as diretrizes do projeto internacional em “nosso futuro em comum” onde utilizava o conceito desenvolvimento sustentável enfatizando “O desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades (PLATIAU, et al, 2004)”.

Os debates internacionais, apesar de levarem em consideração o crescimento econômico como grande culpado da degradação ambiental, relacionavam a pobreza como umas das possíveis causas também. Dessa forma para atingir a sustentabilidade era necessária a equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica (CAVALCANTI, 2002).

Durante a cúpula da Terra ou Rio-92, delegações de 175 países, além de movimentos sociais e outras instituições, ratificaram a preocupação com o futuro do Planeta, nesse encontro alguns parâmetros foram formulados para alcançar a sustentabilidade, descritos na agenda 21: “gestão de bens naturais; agricultura sustentável; cidades sustentáveis; redução das desigualdades sociais; infraestrutura e integração regional; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável (MMA, 2004)”.

No cenário brasileiro e internacional as correntes pela diversidade ganhavam força, assim como os direitos humanos e uma série de outras ferramentas que projetavam questões adversas ao desenvolvimentismo e crescimento econômico homogeneizador.

Os direitos humanos assumem aspectos interculturais e plurais “Em uma sociedade composta por comunidades e culturas diversas, o pluralismo fundado

numa democracia expressa o reconhecimento dos valores coletivos materializados na dimensão cultural de cada grupo e de cada comunidade (WOLKMER, 2006: 6)”.  
|

A Legislação Brasileira demonstra posicionamento relevante em relação a questão ambiental, a lei 6938 de 31 de agosto de 1981, conhecida como Política Nacional do meio ambiente descreve os órgãos, instrumentos, medidas etc, a qual tem “o objetivo de a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (SISNAMA, 1981)”.  
|

A Constituição Federal relaciona a preservação ambiental com a dignidade de vida do ser humano, indicando que devem ser observadas políticas que consolidem essa visão. Pode ser percebido no artigo 225, da constituição federal o qual está previsto que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988)”.

Como forma de ação do Estado são formuladas as Políticas Públicas as quais representam: Recurso, bem ou direito, bem como representam o resumo de conflitos, consensos, disputas e coalizões de grupos que organizam-se para efetivar ações de seus interesses, esses grupos fazem parte do Estado, sociedade e mercado (PASE, MELO, 2017)  
|

As unidades de conservação são resultadas de movimentos sociais- Sociedade Civil organizada que pressionaram por políticas de cunho ambiental e social. No Brasil para a regulamentação desses territórios foi instituído o Sistema nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual surgiu de uma proposta de lei em 1988, aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no entanto apenas em 2000 foi aprovado, previsto na Lei nº 9.985/2000.

O SNUC é claramente uma representação da transformação de concepções que a legislação brasileira sofreu, apesar de prevalecer a visão preservacionista. Em 1992 o então presidente Collor, adotava uma orientação preservacionista para o projeto, a qual privilegiava em maior grau o valor de espécies e ecossistemas, assim

como a perda da biodiversidade, em detrimento a essa visão os conservacionistas defendem a inclusão humana, a qual em condições históricas-ambientais conservou espécies e fez-faz parte da paisagem, eles defendem a inclusão populações tradicionais em territórios de conservação.

Segundo Sant’Anna (2003) O preservacionismo–norte americano ao chegar no Brasil esbarrou em uma intensa diversidade de situações, nos territórios a serem preservados haviam populações, as quais estavam em momento político de pressão por direitos, foi através de intenso debate e estratégias políticas que a Sociedade Civil conseguiu incluir de forma pontual a perspectiva socioambiental na legislação unindo as questões sociais e ambientais.

Os socioambientalistas defendem um modelo sistemático baseado “na noção de que o mundo é constituído por uma rede de relações e de integrações através da qual a natureza e o mundo social se organizam (SANT’ANNA, 2003: 57)”. Dessa forma o modelo de unidades de conservação deve ser participativo e democrático, envolvendo populações que residem nos territórios.

A partir desse cenário de transformações teóricas e Jurídicas, o governo adota a sustentabilidade como parte de um discurso da agenda política, assim como a erradicação da pobreza e fome, porém é questionável a instrumentalização da ecologia como resposta aos problemas sociais, dessa forma consoante às indagações do geógrafo Marcelo de Souza sobre a proteção de recursos ambientais, “o que, afinal de contas, se deseja proteger, de que maneira e em proveito de quem? (SOUZA,2015; 27)”. Então eu - reforço: Qual estratégia do Estado ?

Essas novas perspectivas para o Estado que inicialmente são formuladas no Estado de Bem-estar social e se perpetuam, discutem outras dimensões que devem ser almejadas além do crescimento econômico. É nesse sentido que surgem índices como O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o qual tenta projetar as dimensões sociais da população, Jannuzzi (2001) ressalta que a partir dos anos 60 houve o movimento de Indicadores Sociais, os quais tornaram-se parte do planejamento governamental e controle social. Segundo Pase e Melo (2017) políticas públicas são:

“...materializadas por meio de políticas, programas, ações, estratégias que implicam coordenação, capacidade administrativa e

burocrática, financiamento, e podem ser executadas diretamente ou mediante outras agências e, inclusive, em parceria com organizações privadas e do terceiro setor. (PASE e MELO, 2017:314)

Estratégia pode ser entendida por “Realização de atividades de controle que assegurem que os objetivos gerais da organização sejam atingidos (MAINARDES, et al., 2012: 286)”. Dessa forma os indicadores são ferramentas de estratégias do Estado que auxiliam os governantes e outras instituições a medir e projetar ações. São as somas de um processo de agregação de valor, os quais podem ser descritos em (a) eventos empíricos da realidade social, (b) dados brutos levantados e (c) informação para análise e decisões de política pública. (JANNUZZI, 2001).

É dessa maneira que o termo qualidade de vida transforma-se em índice que agrega valores como saúde e educação para demonstrar o quanto a política A ou B está contribuindo para o desenvolvimento humano. No entanto ao pensarmos a vida das famílias rurais atualmente percebemos categorias não fechadas de transição entre o rural e urbano, porém mesmo com racionalidades em transição ainda existe uma lógica territorial de bens naturais “disponíveis” que cria valores diferentes para orçamentos e para suprir necessidades, de acordo com Tchayanov (1924) a unidade familiar camponesa orienta-se pelo orçamento qualitativo.

Tchayanov (1924) estava observando famílias camponesas onde o salário não fazia parte do cotidiano e, portanto, ele defendia que o lucro também não fazia parte dessa organização. Longe da discussão sobre se faz ou não parte de economia capitalista, considero aqui as análises desse autor quanto a racionalidade camponesa para observar a ideia de renda como estratégia do Estado para conservação da natureza e qualidade de vida, destacando uma racionalidade urbana-mercadológica como princípio de desenvolvimento humano se diferenciando da racionalidade de unidade-consumo familiar camponesa como geradora de relações diferenciadas.

De acordo com Paes (1987) após a segunda Guerra mundial (1945) os países capitalistas formularam estratégias para o sistema capitalista tornar-se mais forte, indicavam a pobreza dos países subdesenvolvidos como principal aspecto de receptividade da população às ideias anticapitalistas, portanto além de influenciarem propagandas ideológicas com suas políticas de "ajuda" aos países em desenvolvimento também era uma forma de abrir mercados.

A partir do cenário exposto acima, Paes (1987) identifica as políticas que incluíam a assistência técnica como as principais medidas adotadas pelo governo. As Políticas de Desenvolvimento das Comunidades (D.C) previam a participação do povo em programas governamentais como condição para melhorar o nível de vida, esses programas consistiam em implementação de assistência técnica, com os objetivos propostos de melhorar condições econômicas e sociais da população rural, *American International Association for economic and Social Development* foi o patrocinador de as primeiras propostas de assistência técnica em 1940.

A partir da década de 1960 a organização comunitária ainda era a estratégia adotada. São criadas as campanhas de educação rural-CNER e fortalecimento do movimento de educação de base-MEB, o qual tinha a missão de sindicalizar e organizar em comunidades as populações pobres, apesar disso recebia recursos do Estado para incentivar o cooperativismo, depois de 1964 houve a migração do MEB do Nordeste para o Norte dessa forma influenciaram organizações populares pela Amazônia.

Dessa forma percebe-se o incentivo do Estado em organizar a população rural com a finalidade de produção no campo, formalizando políticas internacionais de mercado e de território. Reorganizando a população rural o governo identifica os problemas e os direciona para outros canais.

Apesar de uma racionalidade socioambiental, percebida em diversos programas como Programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG7), o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); as intervenções do O Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC); e o Plano Amazônia Sustentável. Abdala (2007) e Quintslr, et al (2011) identificam as políticas socioambientais com dificuldades em serem implementadas pois as questões econômicas estruturantes predominam nas políticas macro.

As questões estruturantes no meio rural estão relacionadas ao agronegócio, onde a produtividade em larga escala, insumos agrícolas etc., representam a modernização do campo e a efêmera taxa de trabalhadores rurais assalariados, que estão inclusos no urbano, porém longe da cidade, portanto acessando as condições para viver com qualidade por meio da renda, no entanto com uma escassa oferta no território onde vivem.

As Resex também estão inclusas nessa perspectiva, Teisserenc (2016) demonstra que os conflitos pela terra, tomam outro sentido: de Ambientalização, os quais caracterizam-se por novas estratégias de atores que traduzem e justificam seus conflitos em termos ambientais

No contexto amazônico, onde predomina uma ambientalização “verde”, isso se apresenta como uma maneira nova de apreender os problemas locais em termos de exigências ambientais, originando debates que levam especialmente a uma visibilidade e a uma legitimidade dos conflitos socioambientais locais (TEISSERENCT, 2016: 233-)

Além de instrumento que possibilita a legitimação de conflitos anteriores, como os latifundiários, as Resex são políticas públicas que objetivam o desenvolvimento territorial. Caracterizam-se pela dinâmica de atores que se mobilizam em torno de projetos e recursos materiais, imateriais e humanos. (TEISSERENCT, 2016).

De acordo com Teisserenct, (2016) as Resex, também, possibilitam a politização da população de moradores e usuários desses territórios, pois impulsiona ações sociais, econômicas e culturais, as quais incidem como ações políticas através de acordos, porém todo esse cenário depende da disposição dos atores envolvidos em cumprir com as propostas de desenvolvimento e que os instrumentos de gestão demonstrem isso.

Em 2009 o número de Reservas Extrativistas de gestão federal era 45 e de Reservas de Desenvolvimento Sustentável Estadual (RDS) 44, as quais conseguiram conter o desmatamento nas áreas onde foram implementadas, perderam apenas 1,8% das florestas originais para pastagens e roçados (CGEE, 2011).

Apesar de avanços, um grande problema ainda está relacionado a questão inicial dos atores do movimento que formularam a ideia de Resex, o fundiário, pois ao conceder direito real de uso para as populações da área, não se determina o tempo nem a propriedade, portanto conflitos socioambientais dessa ordem ainda continuam a acontecer, agravado pela falta de recursos humanos e material para a regularização fundiária, conseqüentemente também não há avaliações sobre as Reservas que identifiquem dados sobre a população, através de planos de manejo e

gestão, assim como se observa a crescente atividade agropecuária em detrimento do extrativismo (CGEE, 2011).

Nesse cenário foram propostas condições para que as populações saíssem da condição de pobreza, assim como um novo projeto foi apresentado: a sustentabilidade com base na equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas, além da preservação de bens naturais.

As populações residentes e usuárias das Resex, recebem benefícios, os quais estão relacionados a uma condição de pobreza como o Bolsa Família, assim como a condição de preservação ambiental: Bolsa Verde, além de outros projetos e capacitações, atrelados ao ministério do meio ambiente e ministério do desenvolvimento social, dessa forma o governo incentiva nesses territórios a distribuição de renda como principal promotor de mudança social.

A transferência de recursos do Programa Bolsa Verde está condicionada ao cumprimento dos compromissos assumidos pela família beneficiária para a conservação ambiental local e o saque pode ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal mediante a apresentação do cartão do Bolsa Família. O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde – PBV é um Programa de transferência de renda com condicionalidades socioambientais, criado no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, e estabelecido pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011, e Decreto nº 7.572, de 28/9/2011 (MMA, 2017).

Em uma arriscada análise poderíamos afirmar que ao responder a pressão dos seringueiros, o Estado redireciona conflitos com o objetivo de setorizar possíveis soluções. Este tipo de participação está incluso na categoria de cidadania ampliada. De acordo com Dagnino (2004) caracteriza-se pelo direito a ter direito, mais ainda o direito a ser incluído em um sistema vigente com o intuito de modifica-lo, isto posto, questiona-se sobre o deslocamento de uma prática e cultura-ideológica campesina de direito à terra, para agendas ambientais e de inclusão por via de programas de transferência de renda, a qual identifico como principal estratégia do Estado no meio rural.

De acordo com Pase, Melo, (2017) as políticas públicas de transferência de Renda foram implementadas nos países em desenvolvimento após mudança no

cenário político de um ditadura para democracia. Além dessa mudança eles apontam principalmente a tomada de poder por representantes de Centro-esquerda de países da América Latina, como impulsionadores de políticas estratégicas que coincidem com o Estado de Bem-Estar e a descentralização socialista, visões de mundo fortemente antagônicas que dominaram politicamente o mundo após segunda guerra mundial.

Segundo Alegretti (2008) as políticas públicas são respostas de dois principais fatores: poder econômico relacionado à inserção do grupo na estrutura econômica ou a organização do grupo e sua forma de pressão, dessa forma a autora demonstra que esse segmento social consegue através de uma impressionante organização e articulação meios de ser representado e de conquistar o território e direitos.

Alegretti (1992) destaca que a interrupção abrupta do sistema tradicional econômico e social muitas vezes deixa a população vulnerável, pois não há plano de ação emergencial que proporcione acesso aos serviços básicos como saúde e educação, muitas vezes a população das RESEX recebem apoio de instituições e ONGs, porém o que necessitam é de um planejamento a longo prazo que identifiquem alternativas econômicas, sociais e ambientais que possibilitem as escolhas de vida.

Segundo Leonel (1998: 228) o conceito de qualidade de vida está relacionado "experiência de vida como um todo, tanto das questões materiais, como culturais", ressaltando a transformação ocorrida na Amazônia ao que ele chama de desintegração da velha economia rural, dessa forma ele identifica que a separação do homem com a natureza é apenas um resultado e não o problema, o fato é que ao separar o camponês da terra há uma interferência na cultura e modo de vida de grupos sociais, fragmentando uma coesão comunitária e tornando dependente o homem de normas outras, como as do mercado, diminuindo dessa forma sua autonomia.

“a separação do homem da natureza não pode ser a explicação fundamental da desagregação das comunidades tradicionais, mas não pode também ser descartada, por ser um aspecto relevante. Não deve servir para camuflar a exploração e violência entre homens, na origem do empobrecimento e da perda da coesão social (...), pois não é a terra,

mesmo a de uma horta ou uma criação doméstica, uma garantia de alimento de auto sobrevivência, de redução da dependência do mercado, do aumento das potencialidades de solidariedade, de autonomia? (LEONEL, 1998: 229)”.

Apesar do alívio da pobreza e garantia de sobrevivência básica, os programas de transferência de renda necessitam concomitante de infraestrutura que possibilite o acesso à educação, saúde etc. Por isso o Programa Bolsa Família condiciona os filhos a irem à escola, tomarem vacinas entre outros, o que se torna difícil em espaços rurais, onde pouco se investe nessa infraestrutura, dessa forma é necessário pensar em projetos que incluam as demandas locais.

Um exemplo de programa que planeja as estratégias com base em indicadores é o programa Tekoporã do Paraguai executa suas ações com base no indicador de qualidade de vida (IQV) auxiliando as ações (PASE e MELO,2017). É nesse sentido que a política de Gestão Territorial: Resex, necessita enquanto território distante de equipamentos urbanos de classificar suas demandas ambientais e sociais relacionadas à uma concepção de autonomia coletiva produtiva e social.

## **QUAL A ESTRATÉGIA DA SOCIEDADE CIVIL? AS MULHERES DO MEIO RURAL**

Além da fragmentação entre o indivíduo e o meio ambiente há uma nova perspectiva sobre o trabalho, caracterizados por produtivos e improdutivos. De acordo com o AS-PTA<sub>7</sub> (2017), o trabalho rural é vinculado ao trabalho doméstico, principalmente o das mulheres, portanto por está enquadrado na agricultura de subsistência, assim como pelos trabalhadores serem o núcleo familiar, o trabalho rural carrega essa representação.

Por estar condicionado à um outro patamar de produtividade, os autores do relatório AS-PTA (2017), destacam que a participação social em redes e instituições (processos organizativos de corte sociopolítico e econômico) é a principal estratégia para o rompimento do isolamento da esfera do lar e o investimento de atores sociais coletivos.

Com a modernização trabalho e família assumem outra perspectiva. No meio rural o trabalho das mulheres assume características de invisibilidade, pois está relacionado ao trabalho improdutivo ou como externalidade que não gera riqueza. (AS-PTA, 2017). A família assume um papel do Estado de ser responsável pelo desenvolvimento de indivíduos a partir da redemocratização do País. "O que se constata são ações voltadas para a extrema pobreza, além de culpabilização da família pela sua situação social (MOURA, 2015: 3)".

A concepção de indivíduos e cidadãos torna o Estado responsável por incluir na vida social as pessoas, porém a família ainda é identificada como a responsável pelo desenvolvimento e acolhimento do indivíduo. Uma lógica burguesa de família e casa, no entanto a mulher é a figura central pois ela é vista como a gestora do lar e provedora do bem-estar da família (MOURA 2015).

Porém nas classes mais pobres a mulher necessita trabalhar fora do ambiente doméstico, independente de identidade política, é uma necessidade de sobrevivência familiar, foi o que analisou Cristovam Buarque, em 1986 enquanto foi gestor da universidade de Brasília (UNB), por isso criou um programa que distribuía renda para as mulheres trabalharem fora e as crianças estudarem (PASE e MELO,2017)

Foi inspirado nessa concepção que o Programa Bolsa Família foi criado, o qual transfere a renda para as mulheres, com o intuito de criar condições para autonomia da família "Desde 2011, o Bolsa Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo (MDS, 2015)-".

O programa Bolsa família tem como público receptor as mulheres, ao passo que o Programa Bolsa Verde (PBV) os membros da família podem receber, porém nesse trabalho foram selecionadas apenas as mulheres que recebem a renda do Bolsa Verde, de acordo com Kasanoski, (2016) o PBV está incluído nos objetivos do governo de diminuir a miséria e fome, inseridos em políticas intergeracionais, ou seja, que promovam condições para que os filhos possam ter outras oportunidades.

Quem determina as famílias que irão receber a renda do Bolsa Verde são os gestores das Resex, os quais são do Instituto Chico Mendes (ICMBIO) representação do Estado na Gestão ambiental. Para aderir às famílias recebem um termo com atividades a serem desenvolvidas, o programa é voltado para populações em áreas como: Florestas nacionais, Reservas extrativistas federais e reservas de desenvolvimento sustentável federais, Projetos de assentamento florestal, de desenvolvimento sustentável ou de assentamento agroextrativista instituídos pelo INCRA, Territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo (CAIXAGOV, 2017).

Essas políticas estão imersas em um projeto desenvolvimentista de modernização que assumiu desde o século XIX e a revolução industrial, várias perspectivas, conforme o cenário político-econômico transformava-se, os países deviam seguir caminhos para sair do subdesenvolvimento, rótulo que acompanhou por muito tempo países da América Latina, como o Brasil.

O Estado Brasileiro em meados dos anos 1930 preocupa-se em formar uma identidade de nação para o Brasil, nesse momento que a cidadania ganha espaço relacionada a condição profissional, configurou-se o “capitalismo do Estado” atrelado ao paternalismo e desigualdade de mercado, assim como a marginalização de grupos que lutavam por direitos civis diminuindo, assim, as suas capacidades de autonomia (GUIMARÃES, 2013).

Enquanto no período militar o cenário era de diminuição de direitos, a abertura política do País incluiu os grupos minoritários na legislação, no entanto além de legitimação, esses grupos pressionam por demandas específicas. De acordo com Butto (2010) as principais políticas para mulheres no meio rural são: garantia à terra, direito a documentação trabalhista, acesso a linhas de crédito, políticas de comercialização e organização produtiva e inclusão de demandas de agricultura familiar propostas por mulheres.

As mudanças no campo incluem a migração de maioria da população jovem e feminina, ocasionando o fenômeno chamado masculinização do campo. Dentre algumas hipóteses levantadas está a de forte divisão sexual do trabalho, relacionando as mulheres às atividades de autoconsumo familiar, mais recente uma

das atividades historicamente desenvolvidas pelas mulheres como a horticultura está sendo praticada por homens, no entanto eles são assalariados enquanto as mulheres praticam para consumo da família (BUTTO, 2010).

Dessa forma movimentos como a Marcha das Margaridas destaca questões como a afirmação de mulheres agricultoras. Entre os anos 80 e 90 a reivindicação era para sindicalizar-se, atualmente a demanda está por inserção em atividade produtivas, assim como a mulher e a relação com a biodiversidade (BUTTO, 2010).

De acordo com (FARIA 2011; 49).

“Quase metade (47,2%) dos grupos exclusivamente de mulheres participa de alguma rede ou fórum de articulação e 65,9% têm relação ou participam de movimentos sociais e populares e 50,9% participam ou desenvolvem alguma ação social.”

Brumer; Spanevello (2011) ao analisar a obtenção de crédito pelas mulheres, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) mulher<sup>1</sup>, destaca o conceito de empoderamento. A autora identifica o conceito como processo de aumento de poder e controle de recursos externos, dessa forma ela indica o acesso ao crédito como estratégia para ganhos materiais e simbólicos, como participação mais ampla nas despesas da família e em associações representativas.

As transformações políticas que as mulheres estão inclusas fazem parte de um jogo entre execução de diretrizes governamentais e demandas da sociedade civil. Segundo Guimarães (2013), O Estado Brasileiro passou de paternalista e autoritário, que “forjava representações” para um Estado mais inclusivo, baseado no desenvolvimento participativo, essa mudança foi resultado de vários fatores como a globalização e possibilidade de contestação do burocratismo, assim como de uma reorganização do Estado, em um Estado neoliberal.

---

1Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) adotou uma linha de crédito específica para as mulheres. Elas foram incluídas em caráter obrigatório no documento necessário para que a família tenha acesso ao crédito (Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP) e milhares de mulheres foram capacitadas sobre o Pronaf. O crédito rural é um instrumento que pode contribuir para que as mulheres construam e ampliem a sua autonomia econômica (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Cartilha crédito para trabalhadoras rurais, PLANO SAFRA2009-2010).

Dagnino (2004) identifica o cenário Brasileiro nos anos 1990 imerso em dois projetos antagônicos: um dos movimentos sociais e a luta por direitos e o outro de um Estado mínimo que transfere para a sociedade civil a garantia de direitos. Os dois projetos necessitavam que a sociedade civil fosse “ativa e propositiva”, Semeraro (1999) identifica a partir de Gramsci a sociedade civil em oposição a sociedade política, no entanto as duas não podem ser desarticuladas, sendo que a sociedade civil se caracteriza por tomar forma diretiva e autônoma nos processos de decisão, modelando o Estado entre conflitos e negociações.

---

O Brasil de 1990 é marcado pela reformulação do Estado, o qual atende aos ditames neoliberais, é nesse contexto que Dagnino (2004) ressalta uma nova forma de relação entre Estado e Sociedade Civil, a qual se caracteriza pela atuação em conjunto: a inserção institucional, nesse período emergem os conselhos gestores, orçamentos participativos, instrumentos de participação de tomada de decisão.

A autonomia é um resultado importantíssimo quando se pensa em desenvolvimento territorial. Os Projetos sociais acompanham o planejamento assegurando algum tipo de benefício para uma dada parcela da sociedade, a qual encontra-se em desigual posição por fatores históricos e estruturais, devem criar mecanismos para que os indivíduos participem ativamente através da identidade de cidadãos de uma sociedade democrata, portanto a finalidade é que todos tenham acesso a "vida" política, ou às decisões sobre a sociedade.

—“A construção da própria presença no mundo não se faz independente das forças sociais, mas se essa construção for determinada, não há autonomia. Se minha presença no mundo é feita por algo alheio a mim, estou abrindo mão de minha liberdade, de minha responsabilidade ética, histórica, política e social, estou abrindo mão de minha autonomia (ZATTI, 2007:54).”

Segundo a concepção Kantiana autonomia é um princípio que está relacionado à dignidade humana, enquanto seres racionais somos dotados de vontade e esta vontade não é pura, ela é fruto de racionalidade, entretanto para ela ser livre deve eximir-se de subjetividade como os fins da própria ação, ou seja, a ação autônoma é movida por um sentimento de dever que está livre de interesses e dos resultados (HUPFFER, 2011).

A autonomia aqui aludida está relacionada ao que Adorno em educação e emancipação (1995) destaca ao falar sobre qual melhor educação para a "não-

barbárie" e democracia. Segundo o filósofo é necessário desconstruir algumas ideias como as de adaptação e talento, as quais ele observa nas escolas alemãs, mas reconhece como problema da modernidade, para Adorno a escola deve contribuir para formar indivíduos que se relacionem de forma menos competitiva, dentre outras questões, que levam a um estado de barbárie, assim como, a escola não deve reproduzir a ideia de que temos predisposição de capacidades e habilidades como talentos, pois esses podem ser motivados dependendo do cenário apresentado, e, é este cenário que possibilita a autonomia.

Quando um aluno participa de um projeto da escola desde o início e consegue enxergar suas decisões em desenvolvimento e execução, sente-se mais envolvido com o ambiente escolar, assim como pode superar a estrutura pedagógica apresentada e iniciar o processo de autonomia para além do ofertado pela escola, é um instrumento dialético que oferece ferramentas para reproduzir e superar o que está posto (ADORNO, 1995).

Atualmente vários estudos demonstram que a organização de mulheres em prol de atividades econômicas finda por abrir espaço para novas perspectivas de vida. Segundo Mota, et al (2015), as Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, conseguiram após a participação no programa elevação na autoestima, reordenamento de rotinas com novas práticas, lidando com arranjos burocráticos, além de gerar renda para família, no entanto o programa não alcança a dimensão política que é indicada pelos autores como "adquirida" através de conflitos em torno da criação da Resex.

Por tudo isso, a participação no PAA tem influenciado na autoestima, no maior reconhecimento local e no reposicionamento das mulheres catadoras na própria família por aportarem recursos que têm contribuído para o bem-estar de todos. Não estamos deduzindo disso que as necessidades das catadoras e de suas famílias estão satisfeitas, mas é significativo que todas as 36 entrevistadas (100%) afirmem que as suas vidas melhoraram pelo pagamento de contas atrasadas. A maior parte dessas contas resulta da aquisição de alimentos em comércios locais (83%), pela aquisição de alimentos – particularmente carne, que substitui os mariscos na alimentação, uma vez que agora as catadoras de mangaba não têm tempo para coletá-los (66%) –, mas também se devem à aquisição de móveis e à reforma da casa (55%) (MOTA, et al. 2015:469).

A ambientalização de conflitos possibilitou protagonismo de mulheres do meio rural, as quais estavam inseridas no ambiente doméstico produtivo do camponês Amazônico. “Quando se tornaram protagonistas por sua consciência ecológica e por sua luta (NETO, 2017: 154) ”.

As quebradeiras de coco babaçu fazem parte dos “novos movimentos sociais” do Brasil, é um movimento histórico que vem desde a década de 1990, acompanharam o desenvolvimento das políticas de Resex no acre. A atividade é realizada predominante por mulheres: coleta, à quebra e à venda das amêndoas, coincide com a entressafra da roça. (NETO, 2017)

De acordo com Neto (2017) As quebradeiras de coco babaçu, “caçam” os cocos quando esses caem espontaneamente no chão, apesar de considerada como atividade secundária a atividade garante renda, alimento e preserva a biodiversidade, foi dessa forma que as mulheres apresentaram as justificativas para a luta na câmara pela lei do “Babaçu livre”, sendo aprovado lei municipal de Lago do Junco n. 05/97, que *torna a atividade extrativista do babaçu uma atividade livre no município.*

Em 1992 duas reservas extrativistas destinadas à atividade de coleta do Babaçu foram criadas no estado do Maranhão, na região de atuação do movimento de quebradeiras de coco babaçu, pelo presidente Collor, como tentativa de propaganda do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, conhecida como Eco-92, no entanto houve a suspensão do decreto respaldada por técnicos que identificaram características como as quebradeiras não morarem na área delimitada uma justificativa para suspensão da implementação da Resex .

Se antes as quebradeiras organizavam-se como sem terras em prol de um espaço e atividade cultural e econômica, sofrendo retaliações de grandes proprietários, atualmente lutam contra a devastação de grandes empresas que atuam na região explorando indiscriminadamente os babaçuais, dessa forma a implementação das Resex seria importante estratégia para continuar a luta das mulheres quebradeiras de coco Babaçu (NETO, 2017).

As lutas de mulheres agroextrativistas estão inseridas em um novo movimento denominado de ecofeminismo. Esse movimento incorpora a perspectiva de gênero ao debate ambiental com a finalidade de pensar outros projetos de desenvolvimento e relação humana com a natureza que não reproduzam antigos paradigmas como o patriarcal, inserindo demandas de grupos invisibilizados historicamente como as mulheres (SILVA, 2012).

É dessa forma que outras perspectivas e paradigmas são pensados para agricultura familiar como a agroecológica. Pacheco (2004) identifica nas bases teóricas e práticas da agroecologia possibilidades de desenvolvimento local e justiça social com técnicas, tecnologias e movimento social, visando agricultura sustentável e valorização de saberes “campesinos”, indissociáveis da luta de gênero, pois homens e mulheres participam de forma desigual do processo de desenvolvimento.

De acordo com Pacheco (2004) políticas voltadas para o campo como a reforma Agrária não superam a desigualdade sofrida pelas mulheres, as quais representam 12,6 dos beneficiários da política. O discurso agroecológico busca garantir estratégias de reprodução social na terra, relacionadas a atividades produtivas que garantam autonomia de indivíduos e grupos.

Enquanto as Reservas extrativistas estão inseridas em um contexto de promoção do meio ambiente e qualidade de vida, a agroecologia surge em resposta às técnicas agressivas da revolução verde, as quais excluem uma cadeia de pensamento construído a partir de saberes de populações que se relacionam historicamente com a terra.

É a partir desse cenário agroecológico que muitos grupos do meio rural identificam e cruzam suas lutas, com a finalidade de incluir a pequena produção como estratégia de autonomia. Dessa forma identifico nesse território as práticas agroecológicas como motivadoras de organização social que diferenciou um grupo de mulheres da Resex Caeté Taperaçu.

A estratégia da Sociedade civil aqui representada pelas mulheres do meio rural, é a organização social que necessita de um cenário motivador, seja histórico ou de outra motivação a aprendizagem em coletivo de como planejar, onde buscar

informações, parceiros e onde podem ser incluídos os interesses promove a autonomia individual e coletiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO: ESTRATÉGIAS SOCIOAMBIENTAIS NO COTIDIANO DE MULHERES AGROEXTRATIVISTAS.**

*Comunidade Tamatateua: Agroecologia como possibilidade de autonomia para mulheres agroextrativistas.*

A perspectiva agroecológica de desenvolvimento rural é o diferencial na trajetória de vida das mulheres de Tamatateua, as quais desenvolvem atividades de agricultura e extrativista, com incentivo de organizações e instituições e a partir desse cenário motivador como caracteriza Adorno (1995), o aprendizado coletivo torna-se mais forte para autonomia.

Segundo as entrevistadas, Tamatateua foi fundada por dois irmãos com descendência espanhola e indígena, mas nascidos no Pará, os quais encontraram esconderijo na localidade para não participar da segunda guerra mundial. Quando encerrou a guerra, os dois irmãos trouxeram suas companheiras que também fazem parte da mesma família, assim a comunidade é formada em grande parte pela família Silva.

A comunidade, como as demais da Resex, tem como principal atividade a pesca e coleta de caranguejo; no entanto há uma histórica produção artesanal de mel, a qual foi protagonizada por algumas famílias, as quais os homens tomavam a frente da produção, apesar de as mulheres também participarem do processo produtivo.

Foi durante a construção de uma organização em prol da produção de mel que as mulheres se defrontaram com a necessidade de formar um grupo a parte, pois relataram que sofriam com "humilhações".

Meu marido dizia que eu não trabalhava direito, não sabia fazer aquelas coisas, mas eu fazia tudo certo, dividíamos os dias para cada um fazer determinada atividade, quando não era o meu dia, ele tinha que ir falar. (Mulher, entrevistada, comunidade Tamatateua, 2017).

A partir de 2002, 19 mulheres organizaram-se com o objetivo de produzir mel, através de parcerias com ONGs e outras instituições como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense- MMNEPA, Empresa de assistência Técnica e extensão rural do Estado do Pará (EMATER), Confederação nacional de agricultura (CONTAG), dentre outras.

Foi durante essa construção em prol de organização produtiva que outras possibilidades aconteceram, como as práticas agroecológicas. As cinco mulheres entrevistadas relataram que aprenderam sobre orgânicos, e então passaram a fazer hortas em casa e vender solo orgânico produzido em coletivo, além do mel. Atualmente apenas três mulheres (sendo duas que não faziam parte do início) continuam as experiências do grupo, no entanto as demais continuam com as práticas em seus quintais, com sistemas agroflorestais.

b) *Comunidade Treme: A transferência de renda como estratégia institucional de inclusão social e gestão ambiental.*

A origem da Vila do Treme remonta desde 1900, a ocupação foi feita por famílias em busca de terras para agricultura, porém essa atividade ficou em segundo plano com o passar do tempo, pois a atividade principal da vila tornou-se a pesca. Inicialmente o nome da comunidade era São Pedro, em homenagem ao santo de mesmo nome, no entanto após alguns moradores sentirem tremores no rio dentro da comunidade, os quais são atribuídos a um grande Jacaré, o nome passou para vila do Treme. (CARDOSO, 2015).

Na comunidade Treme, entrevistei 10 mulheres, perguntando sobre o programa Bolsa Verde (PBV), muitas mulheres relataram que não sabiam ao certo qual era a finalidade do programa, mas que ele era uma boa "ajuda", visto que a atividade principal realizada por elas era de catadora de caranguejo, ganhando 40 reais por dia para 8 quilos de massa de caranguejo.

Muitas dessas mulheres disseram que não tinham mais roça, apenas mandioca para consumo próprio. Elas também relataram que a principal atividade é a pesca e que elas são as catadoras de caranguejo, mas a atividade é praticada de

forma individual, as mulheres não se unem em grupos, associações etc para discutir as demandas que essa atividade necessita.

As dez mulheres relataram que são filiadas a associação mãe (ASSUREMACATA)- para receber benefícios, os quais no início eram vinculados ao instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que distribuiu casas e fomento, eletrodomésticos e materiais para pesca. Após essa associação participaram de palestras sobre meio ambiente, as quais apresentavam as normas de uso das atividades: pesca coleta e catação de caranguejo.

Além de palestras e capacitações sobre meio ambiente, cujos temas eram a preservação e legislação, a (ASSUREMACATA) conseguiu cursos de artesanato para as mulheres; no entanto, ao relatarem sobre os cursos, as mulheres enfatizaram que não deram prosseguimento às atividades de artesanato, mas que colocaram em prática a capacitação sobre catação de caranguejo: normas de higiene.

O programa Bolsa Verde está condicionado ao programa Bolsa Família (PBF), também de transferência de renda, o qual é voltado para garantia de superação da miséria e educação básica para crianças. Além dessa condição, o PBV relaciona às dimensões sociais e ambientais, em 2015 a primeira fase contou com o mapeamento de possíveis beneficiários, os quais são em maioria assentados da reforma agrária (KASANOSKI, 2016)

De acordo com Hofling (2001) para analisar as políticas sociais e estratégias brasileiras de inclusão social é necessário identificar o cenário político que propicia a concepção e execução. Destacando o cenário Brasileiro através do Estado capitalista ela identifica políticas sociais como:

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001:31).

Enquanto as políticas sociais são consequências de uma dinâmica entre demandas da sociedade civil e a racionalidade mercadológica do Estado, as políticas ambientais de acordo com Kasantoski (2016), admitem a condicionalidade

de contrapartida à conservação, respeitando os acordos e instrumentos de gestão territorial caracterizados por “processos decisórios e de forma antecipada, no sentido de instruir ações futuras e integradas em determinado espaço ou território (SILVA, et al, 2015: 113)”.

Segundo Silva e Rodriguez a Gestão ambiental é caracterizada a partir de três aspectos: (1) Administração e controle (2) Instrumento de Direção e (3) planejamento. Seguindo esse raciocínio o programa Bolsa Verde como Política-estratégia de gestão ambiental que pode ser interpretado como um esquema de pagamento de Serviço Ambiental (PSA) do tipo política pública federal.

O Programa Bolsa Verde prevê a transferência de recursos financeiros (R\$ 300,00), pagos de três em três meses, às famílias em situação de extrema pobreza (renda *per capita* mensal de até R\$ 85,00; inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico; beneficiárias do Programa Bolsa Família, e que exerçam atividades de conservação ambiental (MMA, 2017).

Na comunidade Treme, as 10 mulheres entrevistadas, relataram que não sabiam ao certo qual era a finalidade do programa, algumas informaram que tinha relação com a reserva, mas de fato ele representava para elas uma boa "ajuda", visto que a atividade principal realizada por elas era de catadora de caranguejo, ganhando 40 reais por dia para 8 quilos de massa de caranguejo, uma renda baixa para uma família com no mínimo dois filhos, que tem que se deslocar para cidade para ter acesso a escola e postos de saúde, quando não o centro de Bragança se deslocam para Belém.

Apesar da renda os recursos urbanos, como hospitais e escolas são precários nas comunidades, a maioria dos jovens estuda na cidade e o acesso a medicamentos também está concentrado na área urbana de Bragança, algumas relataram que a renda do PBV serviu para consultas em Belém, assim como muitas disseram ter problemas e doenças relacionadas a atividade manual constante, “trabalho pesado”.

#### *A repercussão das estratégias*

É importante ressaltar o quanto programas sociais como estes mencionados são importantes para possibilitar condições de autonomia para grupos sociais que encontram marginalizados do processo de desenvolvimento econômico.

Historicamente campo e cidade apresentam um principal cenário: desgaste e degradação ambiental e a perda de acesso aos bens naturais, como consequência saída em massa para cidades, as quais não suportam o grande número de pessoas em suas vias de mercado. De acordo com Hartwig (2012) a dificuldade em produzir a existência material é a grande causa da migração rural, principalmente de jovens e mulheres.

Dessa forma pensar em como proporcionar mecanismos de desenvolver o local tornam-se extremamente necessários, no entanto neste artigo são questionadas as formas de motivação ou de condições para produzir agentes/atores do desenvolvimento local.

Essas formas estão configuradas em um conceito maior chamado de qualidade de vida, porém, quando observamos o sentido ou instrumentos articulados para construir esse quadro percebe-se uma leitura urbana sobre moradia, saúde e educação. Segundo Endlich (2013) o urbano é bem mais abrangente que uma relação espacial, mas sim um modo de vida que está relacionado a cidade, e, está é caracterizada pela divisão social do trabalho e o desenvolvimento do capitalismo.

Dessa forma o conceito e valores estabelecidos para qualidade de vida, estão relacionados ao urbano. Identificado por Endlich (2013) como uma condição social, baseada em atividades econômicas e em práticas relacionadas ao tipo de trabalho, sendo assim a autora relaciona o tempo de trabalho empregado como fator emblemático, por isso também, recursos como eletricidade, gás butano, eletrodomésticos e materiais de plástico são citados como fazendo parte de uma racionalidade urbana de tempo e produção, assim como os costumes e lazer, os quais são reinventados de acordo com o novo território.

A ideia de qualidade de vida ou de condições para vida com dignidade, foi apresentada durante a concepção de direitos humanos, está envolvida em um modo de pensar moderno, onde o Estado prevê a vida pública através de recursos e mecanismos instituídos em lei. Nesse cenário observa-se programas como Bolsa Verde, a resposta de uma demanda social por direitos de reconhecimento e de possibilitar condições para preservação do território.

Apesar de uma conquista, é questionável a efetividade em longo prazo desse tipo de estratégia, Segundo Limoeiro (2014) programas como bolsa família, causam um efeito de keynesianismo regional, ele demonstrou que no estado de Pernambuco o aumento de renda leva a população a consumir mais, atraindo setores de alimentos e bebidas, como a empresa Coca-Cola que dobrou de tamanho e capacidade produtiva.

Afinal qual tipo de autonomia consegue-se com programas de transferência de renda? Através das entrevistas foi possível observar que trajetórias políticas-participativas influenciam na continuidade de atividades e na autonomia de grupos, de forma que participem mais efetivamente da comunidade local, os grupos de mulheres entrevistadas estão inseridas em condições de desenvolvimento relacionadas a qualidade de vida proposta pelo Estado, as quais ganham outras dimensões, pois estão incluídas em uma concepção de território em conservação como as Resex.

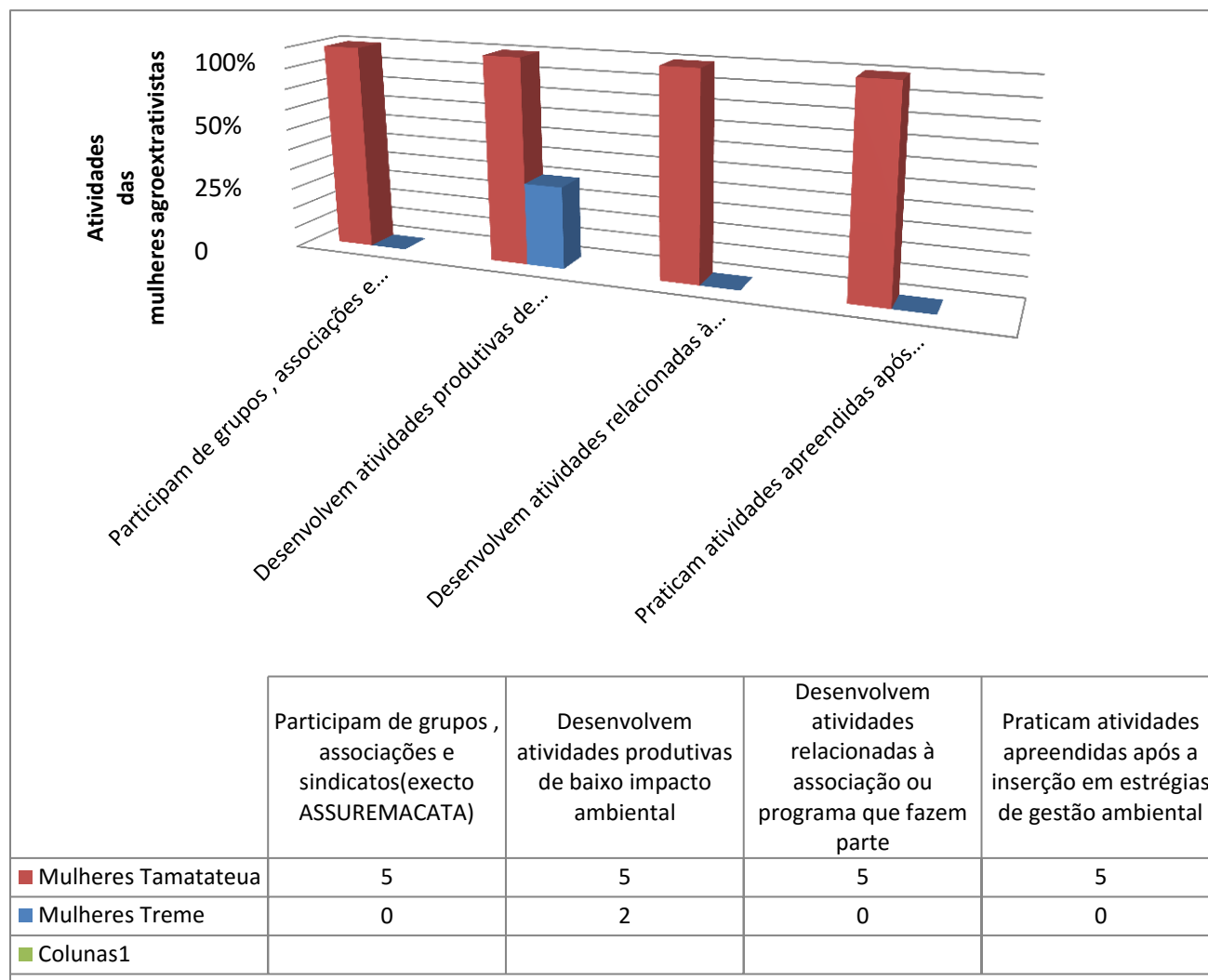
Apesar de forte transição para a vida urbana as comunidades encontram-se imbricadas em formas tradicionais do campo. Principalmente no papel da mulher enquanto representante do ambiente doméstico, de acordo com Cisne (2015) a mulher do meio rural sofre as imposições de uma sociedade patriarcal de forma duplicada, a vista disso, a autora defende a consciência feminista como promotora de autonomia das mulheres. Pois ao passo que as mulheres conseguem se enxergar na esfera pública, projetam questões ignoradas por outros atores.

Analisando pelos valores e racionalidades urbanos, a autonomia da mulher seria conquistada ao passo que ela conseguisse poder econômico. No entanto as mulheres da comunidade Treme, responderam de forma interessante à pergunta: *"É importante a mulher receber o dinheiro do programa, teria diferença se fosse seu companheiro/marido?"* De dez mulheres, seis responderam que não fazia diferença, pois o marido não gastava com bebidas e outras coisas, que compraria as mesmas coisas, enquanto as outras quatro disseram que faz diferença, pois a mulher sabe gerenciar melhor o que falta no ambiente doméstico.

A figura a seguir mostra como as mulheres da comunidade treme não estão inclusas na esfera participativa da vida doméstica, obviamente é um estudo inicial que necessita de mais informações e experiências com as mulheres, porém os dados

podem suscitar questões interessante sobre a participação como indicador de qualidade de vida que proporciona autonomia.

Figura 1: Participação de grupos de mulheres em atividades socioambientais.



Fonte: Acervo pessoal, 2017

O gráfico apresenta quatro questões chaves que nortearam as perguntas, sendo que as mulheres de Tamatateua representadas pela cor vermelha são as que mais responderam positivamente às atividades e práticas do cotidiano a partir de uma organização social de cunho identitário e produtivo.

Sobre as respostas em relação a mulher receber a renda do Bolsa Verde que seria teoricamente uma estratégia de autonomia, pois ao gerir esse recurso ela privilegiaria suas demandas também, não demonstram o resultado esperado de mudança na representação da mulher na família, se para mulher tanto faz ela ou qualquer outro da família receber a renda pode significar que o dinheiro em si não seja a melhor estratégia para mudança de perspectiva no meio rural.

As mulheres ao não reconhecerem que o dinheiro quebra uma histórica subordinação da mulher ao homem na dimensão representativa do trabalho e esfera pública, demonstrada nas bibliografias discutidas. Além disso, relacionam a mulher como naturalmente conhecedora do ambiente doméstico. Podendo ser um indicador de falta de efetividade nos objetivos da política quanto à autonomia ou às perspectivas de mulheres agroextrativistas.

Em paralelo, as mulheres da comunidade Treme, relataram que iniciaram com capacitações sobre produção de mel, mas foram além, com outras atividades tanto no setor produtivo, como político, sendo que algumas romperam suas relações conjugais, as quais mostravam-se violentas, além de tomar a frente de atividades como hortas e produção do mel. Em contato com outras mulheres e outros ambientes, assim como as atividades que desenvolveram em organizações políticas, conseguiram autonomia para produzir com conhecimentos adquiridos e revalorizados.

A autonomia considerada como efetiva consegue ultrapassar o tempo e o desenho proposto pelas condições apresentadas seja como condicionantes de qualidade de vida ou aprendizagem. No caso das mulheres da comunidade Treme o programa Bolsa Verde contribuiu para tirar de uma linha preocupante de pobreza, a qual não é a mesma da cidade, no entanto sobre a concepção de preservação da natureza, não está sendo pedagogicamente efetivada, haja vista que a compensação não está acompanhada de uma práxis educativa que valorize identidades e práticas de preservação.

Em resposta ao questionamento sobre quais os objetivos do programa, nenhuma das mulheres soube responder, identificaram como uma ajuda para família, como mencionado a cima, a participação no processo educativo, proposto por Adorno, envolve os indivíduos, de forma que eles passam a identificar desde a proposta até a execução, dessa forma também observar-se as diferentes trajetórias das mulheres dessas comunidades como aspecto relevante para pensar as perspectivas diferentes.

Podemos perceber a contradição entre demanda interna e externa na continuidade das atividades. Quando foi perguntado sobre os cursos, capacitações e palestras que as mulheres da comunidade Treme participaram, muitas não lembravam e mesmo fizeram menção ao artesanato, mas como é uma atividade que foi apresentada verticalmente não foi apreendida por elas. Não obstante as capacitações sobre como catar o caranguejo foram lembradas e ainda são praticadas, duas possíveis razões: faz parte do cotidiano delas e também é algo que é visto como realmente significativa, pois faz parte da renda da família.

Refletindo essa perspectiva de escolha e autonomia a transferência de renda assume a postura de condição de acesso, no entanto dois principais problemas foram identificados no grupo de mulheres que participam apenas do programa Bolsa Verde: 1) A superficial melhoria de qualidade de vida e 2) ineficácia na condição de conservação de bens naturais

As mulheres entrevistadas na comunidade Treme, ressaltaram a “ajuda” do programa, quanto a aquisição de alimentos, pagamento de consultas, dentre outros. Porém quando se questiona quanto a renda cobre, identifica-se que os 300 reais adquiridos duram em média duas semanas e são consumidos em: arroz, feijão, macarrão e carne. Uma das entrevistadas relatou: “Quando recebo Bolsa Verde, compro carne, porque ninguém quer ver o peixe” (Mulher, entrevistada, comunidade Treme, 2017).

A análise pode seguir com propósito subjetivo de necessidades humanas. Curiosidade cognitiva de escolha pessoal, ou partir para necessidade criada por indústria de massa que está vinculada a maciça propaganda, através de eletrodomésticos adquiridos pela renda da política, onde são repassados valores urbanos que se sobressaem.

O fato é que nenhum desses é o real problema quando se pensa em qualidade de vida para mulheres no meio rural. A questão posta é como essas pessoas conseguirão seguir sem mecanismos de “ajuda”, a transferência de renda é uma condição necessária quando está aliada a propostas que possibilitem a autonomia de grupos.

## **CONCLUSÕES**

O artigo buscou identificar as estratégias de gestão ambiental direcionadas para mulheres. Definindo o programa Bolsa Verde, por se tratar de um programa socioambiental direcionado à Resex. Representando a racionalidade governamental, discutida no trabalho, tanto das populações tradicionais como de políticas públicas.

A transferência de renda é inserida como direito individual, como potencial de escolha que culmina em acesso aos recursos ou aos bens de consumo urbanos, com o objetivo de “melhorar a qualidade de vida”. No entanto os dados empíricos coletados em conjunto com a discussão bibliográfica demonstram a ineficácia para sustentabilidade, no modelo proposto do programa Bolsa Verde.

A sustentabilidade entendida como o não esgotamento de bens naturais, traduzida no direito de outras gerações poderem ter acesso a esses bens, está conectada a causa da degradação ambiental: crescimento econômico desenfreado, desigualdade econômica-pobreza, produção em larga escala- destruição da biodiversidade.

Dessa forma analisar como as populações podem desenvolver mecanismos de conservação é de fato um estudo político de inserção ou inclusão de outras perspectivas que ultrapassem o modelo de crescimento econômico, por isso as políticas sociais apostam em estratégias que contemplem demandas locais

O caso das mulheres de Tamatateua, os alimentos estão no quintal, são consumidos e comercializados, obviamente que a renda de programas possibilita consumo de outros produtos alimentícios, mas também possibilita investimento em quintais agroflorestais, os quais não são vistos nem tem a mesma significação na comunidade Treme, uma das possibilidades são as práticas de consórcio apreendidas pelas mulheres durante o grupo agroecológico.

Justifica-se a grande diferença de percepções e ações nas experiências participativas dos dois grupos, os quais receberam estímulos diferentes e trocas, garantindo por um lado a autonomia e mudança de representatividade na família.

O grupo que detinha propostas em comum e conseguiram se articular de forma a ver os resultados, no caso das mulheres da comunidade de Tamatateua, reproduziram de forma autônoma as práticas apreendidas.

Apesar de uma perspectiva economicista de Olson (1999) sobre a lógica da ação coletiva, ele identifica que para uma associação desenvolver-se é necessário interesse em comum e benefícios coletivos e individuais. Essa teoria contribui para analisar as mulheres de Tamatateua e a proposta inicial de produção de mel.

De fato, o grupo de mulheres de Tamatateua iniciou com a perspectiva de produção do mel, no entanto expandiu-se através de outras experiências, as quais estão relacionadas a complexidade de conhecimento da agroecologia. Dessa forma identifica-se as práticas agroecológicas como fomentadoras de soberania alimentar, valorização de conhecimentos tradicionais e a representação política.

A autonomia como base de indicadores de qualidade de vida é apresentada para repensar as estratégias escolhidas pelo Estado, relacionadas ao modo de vida urbano, o qual está assentado na promoção de condições de sobrevivência pelo Estado e pelo mercado.

Dessa forma quando se fala em autonomia nesse cenário, estou indicando o processo coletivo e individual de conquista de técnicas e saberes que podem ser implementados e reproduzidos pelos próprios grupos. Quando há participação no processo como todo, os mecanismos de ação tornam-se mais efetivos. As necessidades do local são identificadas, criando possibilidades de demandas e parcerias a serem operacionalizados de forma mais duradoura.

Os dois grupos apresentaram necessidade de parcerias para que houvesse continuidade de práticas agroecológicas ou associadas a Resex. No entanto as mulheres que passaram por processos educativos teóricos e práticos agroecológicos, apresentaram maior autonomia para articularem-se em grupo em prol de outras atividades, visto que após esse primeiro grupo foram construindo redes de relações com as quais podem contar para pôr em prática suas demandas.

Deste modo, com base das observações aqui apresentadas, identificam-se a organização social como principal motivador de autonomia de grupos em unidades de conservação como as Resex, além de identificar a autonomia como principal estratégia para pensar elementos da qualidade de vida.

Sobre a motivação à preservação foi identificado que na comunidade de Tamatateua as mulheres agroecológicas, mantinham espécies nativas frutíferas ou não, em sistemas agroflorestais produziam e mantinham a biodiversidade local para o uso das famílias.

Enquanto as mulheres da vila do Treme, grande parte tinha apenas a roça de mandioca, todas são ou foram catadoras de caranguejo, atividade que apesar de artesanal é feita em larga escala para o mercado, sobrecarregando a produção do caranguejo da região, pois além dessa comunidade outras também praticam a atividade. A mesma representa junto a pesca as principais do município, a média mensal gira em torno de R\$176,00 (DOMINGUES, 2008)

O cenário posto acima revela que apesar de atividade com carga horária intensa é pouco remunerada e assume o risco de grande impacto para população de crustáceos. Dessa forma ao questionar a efetividade do programa Bolsa verde, analiso a capacidade de criar outras possibilidades de atividades para o grupo que proporcionem valorização de saberes e a inclusão de perspectiva feminina fora da naturalização doméstica, a qual dialeticamente pode ser de dominação e resistência.

Na comunidade treme existem duas fábricas de coleta de massa de caranguejo, seis mulheres entrevistadas já trabalharam nas empresas, ficaram em média três meses no trabalho formal, relataram que apesar de ganhar mais, gostavam de praticar a atividade em casa.

Infelizmente seria necessário mais estudo sobre esse outro recorte, que no momento apenas gera mais indagações: Será que não continuaram pois não se enxergam enquanto trabalhadoras? As condições de trabalho industrial vão de encontro a uma racionalidade campesina, as quais apenas são atraentes em cenários de escassez de outras atividades? No caso, se as mulheres não tivessem a possibilidade de praticar a coleta sem ser na fábrica, pois apesar de ganharem mais esse espaço preferiram trabalhar em casa.

As indagações complementam outro apontamento feito nesse estudo sobre a renda não ser o fim, mas o meio de acesso, diferente de uma lógica urbana de acúmulo. Assim como na possibilidade de pensar a partir do local, estratégias que incorporem as práticas tradicionais e também proporcionem protagonismo às mulheres.

A gestão ambiental deve levar em consideração a gestão social, a qual proporciona a eficácia ou não da conservação de bens naturais. Dessa forma é necessário identificar a racionalidade territorial, a qual tratando-se de Resex, está inserida no âmbito familiar de produção e reprodução social.

A qualidade de vida no meio rural deve contemplar a possibilidade de indivíduos mais atuantes nas diversas dimensões, econômica, social e ambiental, pensando e propondo a partir de suas próprias experiências os caminhos, sujeitos autônomos e políticos que serão os agentes de desenvolvimento local.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Este trabalho foi possível por atores que vivem a história, por isso agradeço aos representantes das comunidades e presidente da Associação mãe (ASSUREMACATA), assim como as Mulheres Das Comunidades: Treme e Tamatateua, e ao programa FIPAM e orientação de Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela May Steward, por fim aos amigos de turma.

#### **REFERÊNCIAS**

ABDALA, Fábio de Andrade. Governança global sobre florestas: o caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)-**Tese de Doutorado UNB**. 1992-2006. 2007.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Paz e Terra, 2000.

ALMEIDA, Mauro W. et al. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2004.

ALVES, Gomes. A Qualidade de vida das famílias no perímetro irrigado de São Gonçalo: Ethos e Racionalidade. **Tese de Doutorado em Sociologia(UFPE)**, 2005

ALLEGRETTI, M H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**,v. 54, p 5-23,1992.

ALLEGRETTI, M H.A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o Movimento dos seringueiros. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v,18,p,39-59, 2008.

ALMEIDA, Mauro. Quem são os povos da floresta?IN: Povos da Floresta, cadernos SBPC. Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na **59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. 2007

Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. **Brasília : Ministério do Meio Ambiente**, 2004.

BUTTO, A. Políticas públicas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. **Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres do meio rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília**. 2011.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, R. M. Entre o Sonho e a Realidade: O Crédito Rural para Mulheres da Agricultura Familiar na Região Sul do Brasil. **NEAD, MDA, Brasília**, 2011.

BRASIL. Sistema Nacional do Meio Ambiente(SISNAMA-). Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981

BRASIL. Constituição Federal. Artigo 225.1988

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente(CONAMA). Lei 9.985 de 2000

BRASIL. Decreto no 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

CAIXAGOV, 2017. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-verde/Paginas/default.aspx>. Acesso em 19 de Setembro de 2017.

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS**. Soerguimento tecnológico e econômica do extrativismo na Amazônia - Brasília, DF:, 426 p.; il, 24 cm ou CD-Rom ISBN 978-85-60755-42-4.2011

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Série Textos Selecionados, Porto Alegre (RS)**, v. 22, p. 1-6, 2001.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. A política ambiental na Amazônia: Um estudo sobre as Reservas Extrativistas. **Tese, Campinas**. 2002

CISNE, Mirla. feminismo e liberdade no campo: A importância da organização política para as mulheres rurais in: **Coletânea sobre estudos rurais e gênero.prêmio margarida Alves. 4ª edição**. Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasília, Mulheres e agroecologia.2015

CARDOSO, Roseli da Silva. Os Saberes da Gente do Mar: O imaginário e as Experiências de Vida dos Pescadores da Vila do Treme, Bragança(PA). **Programa De Pós-Graduação Em Linguagens E Saberes Na Amazônia**. 2015

DAGNINO, E.Sociedade civil, participação e cidadania: De que estamos falando? In: **Daniel Mato.(Org).Políticas de Ciudadanía y Sociedad civil em tiempos de Globalizacion. Caracas: Faces/Universidad de Venezuela,v, p95-111.2004**

DOMINGUES. Denis. Ecologia De Ecossistemas Costeiros E Estuarinos Análise Do Conhecimento Ecológico Local E Do Sistema Produtivo Como Subsídio Para Gerar Instrumentos De Gestão Da Atividade De Exploração Do Caranguejo-Uçá (Ucides Cordatus Linneaus, 1763) Nos Manguezais Da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-Pa Denis Domingues Bragança – PA. **UFPA-Campus Universitário De Bragança Programa De Pós-Graduação Em Biologia Ambiental Mestrado** . 2008

DAHL, Tove Stang. **O direito das mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. **Andrea Butto**, v. 70, p. 37, 2011.

FEARNSIDE, Philip M. Deforestation in Brazilian Amazonia: History, Rates, and Consequences. **Conservation Biology**.2005

GOMES, Ramonildes Alves. A qualidade de vida das famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo:ethos e racionalidade-**Tese de doutorado em Sociologia. Recife: UFPE/PPGS/CFCH**, 2005

GUZMÁN, Sevilla Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas Trabalho apresentado na Seção de Pesquisa em Agroecologia, do **II Seminário Internacional sobre Agroecologia**,

**realizado em Porto Alegre (RS) 2001.** Córdoba, novembro/2001. Traduzido por Francisco Roberto Caporal, em janeiro de 2002.

HÖFLING, ELOISA DE et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, Campinas, v.21, nº 55, nov. 2001.

HARTWIG, Marisa. Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. **I Seminário Internacional E Fórum De Educação Do Campo Da Região Sul Do Rs: Campo E Cidade Em Busca De Caminhos Comuns**, 2012.

HUPFFER, Haide Maria. O princípio da autonomia na ética kantiana e sua recepção na obra direito e democracia de Jürgen Habermas. **Revista Anima: Curitiba**, v. 5, p. 142-163, 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu(PA). Brasília.2012

IRVING, Marta de Azevedo. Desatando nós: a relação entre conservação da biodiversidade, sociedade e cultura na gestão de áreas protegidas. Em: **Áreas protegidas / Fundo Vale – 1. ed. – Rio de Janeiro : Fundo Vale**, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 1. ed. Campinas: **Editora Alínea/PUC-Campinas**, . v. 1. Pág.141. 2001.

LEONEL, Mauro. A morte social dos Rios. São Paulo: **Perspectiva: Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP**,1998

MARTINELLI, Marcello. Cartografia ambiental: uma cartografia diferente? **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, São Paulo, v. 7, p. 61-80, 1994.

MARTINS. Helena Heloisa. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MAINARDES, Emerson Wagner; FERREIRA, João; RAPOSO, Mário. Conceitos De Estratégia E Gestão Estratégica: Qual É O Nível De Conhecimento Adquirido Pelos Estudantes De Gestão?. **FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão**, v. 14, n. 3, 2012.

MACHADO, Eduardo Paes et al. **Poder e participação política no campo**. Cerifa, 1987.

Movimento agroecológico: trajetória ,contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, v. N.6, p. 11-28, 2003..  
Movimento agroecológico: trajetória ,contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, v. N.6, p. 11-28, 2003.

Ministério do Meio Ambiente: Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/itemlist/category/74-bolsa-verde>. Acesso: 01 de Julho de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Bolsa Verde, disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>. Acesso: 15 de Julho de 2017

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL(MDS), Bolsa família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 23 de julho de 2017

MOTA, Dalva Maria da et al. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: um estudo de caso em Sergipe<sup>1</sup>. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 449-470, 2014.

MOURA. Iago Henrique Fernandes de Sousa. O Programa Bolsa Família E O Papel Das Mulheres: responsabilização ou ampliação da cidadania? **UFMA**.2015

MOTA,Dalva Maria da Mota, SCHIMITZ, Heribert, JÚNIOR,Josué Francisco da Silva, PORRO,Noemi Miyasaka; OLIVEIRA, Tânia Carolina Viana. 2014. As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe.**Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 449-470, 2014.

MARIA, José Francisco Martins Borges Santa. O Princípio Da Autonomia Da Vontade Como Garantia Da Moralidade Em Kant. **Dissertação De Mestrado, Rs, Brasil** 2007

NETO, Joaquim Shiraishi. QUEBRADEIRAS DE COCO:“babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 14, n. 28, p. 147-166, 2017.

KASANOSKI ,Daniessa Sannara. Bolsa Verde: Benefício Social e Incentivo a conservação ambiental? Dissertação .Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Sustentável, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**. 2016

LIMOEIRO, Danilo. **Além das transferências de Renda: O declínio da desigualdade regional no Brasil na década de 2000**. Editora UNB, 2014

OLSON, Mancur; FERNANDEZ, Fábio. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Edusp, 1999.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. **Fase. Diretora do programa Amazônia sustentável e democrática. 24p**, 2004.

PETERSON,Paulo; SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi, ALMEIDA, Silvio Gomes. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas / Paulo Petersen ... [et al.]. – 1. ed. - **Rio de Janeiro : AS-PTA**, 2017

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 312-329, 2017.

Prodanov, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – **Novo Hamburgo: Feevale**, 2013.

PLATIAU. Ana Flávia Barros. VARELLA. Marcelo Dias. SCHLEICHER. Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. *Rev. Bras. Polít. Int.* 2004

RIBEIRO, Tânia G. A Participação no Desenvolvimento: O discurso das Políticas Públicas para a Amazônia. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, p 117-136, 2012

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. SILVA, Edson Vicente. Planejamento e gestão ambiental: Subsídios da geologia das paisagens e da teoria geosistêmica .Fortaleza: Edições UFC, 2016

SANT'ANNA, Renata. Sistema Nacional De Unidades De Conservação: Reflexões Antropológicas Sobre A Elaboração De Uma Lei Ambiental, Tese. 2003

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Peirópolis LTDA, 2005.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil - a concepção de subjetividade em Gramsci. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP, v. 66, n.abril, p. 65-83, 1999.

SILVA, Edson Vicente; RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; CABO, Arturo Rua. EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS. **Revista GeoAmazônia**, v. 3, n. 06, p. 110-120, 2016.

SILVA, Caroline Nunes; ALMEIDA, Murilena Pinheiro. A HISTÓRIA DO ECOFEMINISMO: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES. III Simpósio Nacional de Ciência e Tecnologia. 2012

SILVA, Alberto Texeira da. Amazônia na agenda ambiental global. NUMA/UFPA, 2015

SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas Públicas, desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. In: Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão de recursos naturais/ organização: Maria Célia Coelho, Ligia Simonian, Nobert Fenzel-Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000

SEN, Amartya Desenvolvimento como liberdade / Amartya Sen ; tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. 'Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia'. Mercator (Fortaleza. Online), v. 14, p. 25-44, 2015

TAVARES. Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em reservas extrativistas. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 229-242, 2017.

TCHAYANOV. Teoria dos sistemas económicos não - capitalistas (1924)

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico, direitos humanos e interculturalidade. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 27, n. 53, p. 113-128, 2006.

Revista Seqüência, nº 53, p113-128.2006

WENCESLAU, Gonçalves Neto. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e modernização econômica Brasileira**, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, p.247.1997

ZATTI, Vicente. Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire / Vicente Zatti. – Porto Alegre : **EDIPUCRS**, 2007.